

Estado de São Paulo

#### QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO SOBRE O PROJETO DE LEI № 025/2020 - [PLDO 2021]

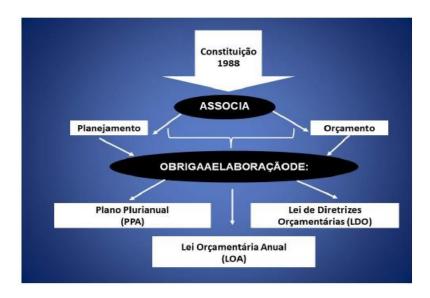
Ata da Quinta Audiência Pública, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Suzano, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, 65, Jardim Paulista. Ao terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte, às guinze horas e quinze minutos, deu-se início à Quinta Audiência Pública, do Quarto Exercício, da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência do Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL(Joaquim Rosa), que convida os vereadores a ocuparem seus lugares no plenário e informa que o atraso ocorreu por falha técnica. Em nome de Deus e da Pátria, declara aberta a sessão e anuncia: "Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências. [PLDO 2021], conforme artigo 48, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Peço aos Vereadores que recepcionem o secretário municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana e o diretor de orçamentos, Sr. William Nakamura. O Senhor Presidente passa a palavra ao secretário de planejamento para as suas considerações iniciais e a explanação do projeto da LDO de 2021. Com a palavra o secretário Itamar Corrêa Viana: "Boa tarde, Presidente Joaquim Rosa! Muito obrigado, mais uma vez estamos nesta Casa de Leis. Obrigado pela presença, Vereador Leandrinho, Vereador Maizena, Vereador Zé Pirueiro, nesta audiência referente ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Não perdendo a oportunidade, agradeço o meu parceiro de bancada, William Nakamura. Hoje eu estou com dor de garganta, então ele vai me ajudar bastante aqui no decorrer da audiência. Está chegando aqui o vereador Pacola a quem também agradeço a presença; agradeco a presença do pessoal da minha equipe de Receita, que prestigia a apresentação." O Senhor Presidente, informa que a íntegra do projeto está publicada no site da Câmara de Suzano, disponível a todos os vereadores e a todo público da municipalidade, para que tenham acesso aos documentos. Passa a palavra ao diretor de orçamento para suas considerações iniciais e explanação do projeto. - A apresentação é feita com slides exibidos no Data Show do plenário. - Com a palavra o Senhor William Nakamura: "Boa tarde, muito obrigado pelo convite para estarmos aqui para falar sobre a LDO. Ela é uma obrigação constitucional, está prevista no artigo 165 da Constituição, no seu inciso II, e a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá também sobre as alterações



Estado de São Paulo

na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais do governo." O senhor William lê e explica os quadros a seguir:

"Nesse mesmo artigo da Constituição ela engloba aqui a parte do planejamento e orçamento, obrigando a operação dessas três peças orçamentárias que o é Plano Plurianual(PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).



"Então o Setor Público Brasileiro a partir de planejamento ela é separada nessas três peças:



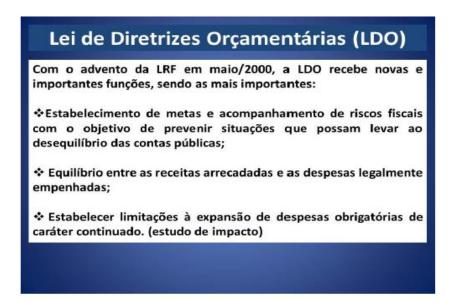


Estado de São Paulo

"No próximo, a gente tem uma demonstração de como funciona essas três peças juntas:



"Então, juntando as três peças, nós temos os programas de governo centralizado. Continuando temos:



"Para este último item, todo aumento de despesas tem de ser acompanhado com o estudo de impacto orçamentário-financeiro. Aqui nós temos também o critério para a limitação de empenho no caso de frustração de receita e possa levar o desequilíbrio de contas. Então se vocês verificarem no projeto



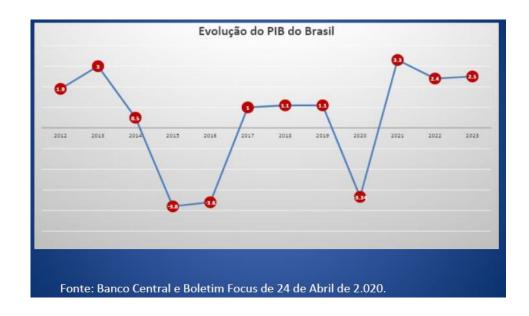
Estado de São Paulo

de lei haverá a parte de riscos fiscais, que tem os critérios de limitação de empenho. Mas também tem um artigo no próprio texto da Lei falando dos critérios de limitação de empenho.

As despesas do município deverão ser tratadas com extrema cautela, atualizando-se as suas previsões de receitas e promovendo bloqueio nas despesas discricionárias que não possuem cobertura.

Para 2021, a gente fez o orçamento entre o final de março e o começo de abril, então, é muito possível que a gente faça correções da lei no decorrer deste ano ou do próximo, até para atualizar os indicadores, as previsões, porque estava tudo muito nebuloso, a gente estava no início da pandemia e os efeitos da economia ainda não tinham chegado, a gente não tinha dados para trabalhar com muita precisão essa parte das estimativas. Como a gente faz estimativa para três anos pra frente, a gente não consegue basear sem números concretos, tudo bem? Você pode prosseguir?"

SECRETÁRIO ITAMAR VIANA: "No comentário que o William fez, na verdade, é importante esse entendimento deve ser bem solidificado. A LDO dá condições para fazer a LOA, que nós temos de apresentá-la em setembro. Então, só para ter ideia aqui no próprio projeto, a época em que foi feito havia uma previsão de retração da economia do Covid em torno de 3,34% do PIB que foi o norte que o Banco Central passou para todos os municípios como base para fazer essas projeções. E as últimas verificações, estudos e possibilidades estão migrando na ordem de 6%. Então significa que se tivesse a queda de 6% do PIB, as leis de diretrizes orçamentárias teriam de ser vistas no decorrer do ano de 2021. Então, porque agora está sendo exercício realmente bem trabalhoso para você fazer qualquer projeção. Um outro exemplo, vamos ver no gráfico.





Estado de São Paulo

"Ali está mostrando praticamente o PIB e a evolução do PIB do Brasil. Então para vocês verem o menos -3.54% que é a nossa referência agora e a possibilidade de aquilo ali cair para 6% é muito grande, então, aí as diretrizes elas terão de ser revistas, porque a queda de receita, a queda no ano de 2021 será muito grande. E as próximas projeções 2022, 2023 também poderão sofrer interferência.

LDO 2021 – GOVERNO FEDERA							
Danêmatura Maruna ayê wiya							
Parametros Macroeconomicos							
2021	2022	2023					
3,30	2,40	2,50					
3,65	3,50	3,50					
4,36	5,56	6,04					
4.29	4.20	4.25					
	2021 3,30 3,65 4,36	metros Macroeconômicos  2021 2022  3,30 2,40  3,65 3,50  4,36 5,56					

"Só para concluir a fala, para vocês terem ideia, os parâmetros que foram postos, o PIB com uma queda de 3,30%; a inflação média de 3,65%; taxa de juros, de 4,36%, isso que eu quero chamar a atenção: Câmbio: 4.29%. recentemente chegamos a taxa de câmbio guase 6%. Então, fazer uma projeção financeira para poder pegar para o próximo ano onde a turbulência econômica ainda não está estabilizando, estamos no momento mais turbulento para fazer essa projeção, então já quero deixar consignado, Presidente, que para 2021 poderá e haverá, na verdade, de uma revisão na LDO, porque ela vai ter que acompanhar o que está acontecendo na fotografia naquele momento, e nós, nesses três anos, conseguimos mandar uma LOA e assertividade dela foi muito grande, porém neste momento, realmente é um momento de transição econômica para podermos conseguimos passar por essa fase aí." Com a palavra Sr. William Nakamura: "Como o Itamar comentou, a gente pegou um comentário do economista-chefe do Itaú, Unibanco, Mario Mesquita, que fala: 'O Itaú projeta uma retração do PIB de -4,5% em 2020. Para se recuperar dessa queda histórica, serão necessários anos. Para atingir o nível que chegaria sem a pandemia, mantendo a trajetória de crescimento que



Estado de São Paulo

tínhamos, provavelmente só na segunda metade da década.' Então, esses serão os efeitos na economia. A economia Federal vai afetar também a economia municipal."

#### Dos Prazos para Elaboração das Peças Orçamentárias

#### Constituição do Estado de São Paulo

**Artigo 174** - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

§ 9º - O Governador enviará à Assembléia Legislativa:

I-[...]

II - até 30 de abril, anualmente, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

<sup>&</sup>quot;Aqui temos um trecho da Constituição Estadual, que fala dos prazos.

Receitas Municipais						
	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS DE SUZANO					
ANO	IPTU	ITBI	ISS	TAXAS		
2016	66,421,098	9,667,211	43,727,344	4,365,941		
2017	72,817,141	10,065,123	45,681,971	5,072,344		
2018	89,949,625	12,526,405	58,625,232	4,627,312		
2019	97,696,294	18,228,327	67,275,583	4,721,941		
2020*	107,000,000	11,500,000	72,000,000	5,775,000		
2021**	109,623,791	12,000,000	77,000,000	4,606,781		
	(*)Projeção LOA (**) Projeção LDO					

"Então a gente tem aqui na estimativa das receitas que de 2019 para 2020 temos um crescimento, mas de 2021 para frente, a gente vai ter uma retração. Os avanços de 2020 aí estão ainda de acordo com a lei orçamentária. Não há reestimava ainda, por isso que há um crescimento entre 2019 e 2020."



Estado de São Paulo

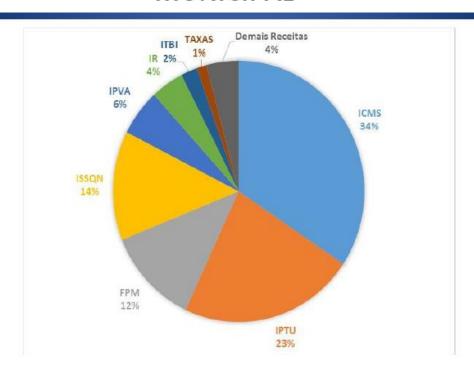
Receitas Municipais						
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS DE SUZANO						
ANO	IPTU	ITBI	ISS	TAXAS		
2016	66,421,098	9,667,211	43,727,344	4,365,941		
2017	72,817,141	10,065,123	45,681,971	5,072,344		
2018	89,949,625	12,526,405	58,625,232	4,627,312		
2019	97,696,294	18,228,327	67,275,583	4,721,941		
2020*	107,000,000	11,500,000	72,000,000	5,775,000		
2021**	109,623,791	12,000,000	77,000,000	4,606,781		
(*)Projeção LOA (**) Projeção LDO						

<sup>&</sup>quot;Nós temos aqui as Receitas Municipais, não estamos prevendo crescimento acima da inflação também, mas esses dados ainda poderão ser revistos de acordo com os resultados do ano de 2020."



Estado de São Paulo

#### COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO TESOURO MUNICIPAL \*



"Aqui demostramos um pouco do percentual de representação de cada receita Municipal. Vemos aqui que ICMS ocupa os 34% da receita Municipal; a seguir o IPTU e ISS e FPM e as demais receitas somam pouco menos de um quarto da receita Municipal. Então, essas quatro receitas representam pouco mais de 75% da receita municipal".



Estado de São Paulo

Orçamento por Órgão				
GABINETE DO PREFEITO	7.675.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	22.735.620,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	35.374.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	50.790.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS	4.120.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	6.584.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	8.695.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	244.825.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	200.001.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	91.045.546,05			
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	1.654.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA	5.073.000,00			
SECRETARIA MÚNIC. SEGURANÇA CIDADÃ	14.762.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO	4.338.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	7.705.000,00			
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO	106.294.000,00			
CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO	27.332.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	5.315.500,00			
SECRETARA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	17.951.000,00			
SEC. MUNICIPAL DE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	730.000,00			
TOTAL	863.999.666,05			

"Aqui nós temos orçamentos por órgão. Pegamos primeiro o maior orçamento que seria a educação com R\$ 244 milhões; o segundo maior orçamento seria a Saúde com R\$ 200 milhões; o terceiro maior orçamento que seria o Instituto com R\$ 106 milhões e, por fim, a Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos com 91 milhões para o orçamento de 2021. Encerramos a parte da apresentação. Passo a palavra ao secretário Itamar Viana." Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana: "Finalizando, para ver na verdade como são as diretrizes, volta o gráfico de pizza, por favor. Onde que 34% da nossa receita chama-se ICMS. Para quem quiser fazer qualquer tipo de pesquisa, o ICMS está caindo em torno de 28% no estado de São Paulo. Então, o repasse vai dar um impacto considerável nas contas públicas, ou seja, o que cresceu, está estabilizado. Mas acaso não ocorra alguma ferramenta de compensação, uma ferramenta de equilíbrio fiscal para 2021, não só em Suzano, Suzano tem 34%, tem alguns municípios que essa pizza o ICMS tem uma representatividade muito grande. Ou seja, a influência do Estado ali, que é o caso do ICMS, do FPM é de 12%. Então, se juntar o ICMS, o IPTU, FPM e ISSQN, imposto sobre serviço, ele me representa 80% dos tributos do município. FPM, Federação, União e o ICMS tem 50% praticamente na mão de dois órgãos: do estado e da União. Então, eu torço para a economia dar essa evoluída, para a gente sair desse momento que é de transição para que a gente consiga de novo a melhor assertividade dentro desse projeto da LDO. Presidente, essas são as minhas palavras, o material está disponível; entregamos dentro do prazo regimental e a gente fica à disposição da Casa no momento oportuno. Muito obrigado." O Senhor Presidente passa a palavra aos vereadores para seus questionamentos.



Estado de São Paulo

Com a palavra o Vereador André Marcos de Abreu - Pacola(PSC): "Itamar, baseado no que o senhor acabou de explicar aí, este vereador teve conhecimento hoje, e que é conhecimento da maioria aqui, que uma empresa do tamanho da Mitotoyo fechou, que desde que me conheço como gente existe na cidade de Suzano, queria saber se o senhor tem ideia de quanto perdemos de arrecadação com o fechamento dela?" Secretário Itamar Corrêa Viana: "Quero agradecer as presenças dos Vereadores Pastor Alceu e Rogério da Van. Vereador Pacola, estamos fazendo um estudo e aí eu tenho que entender cada empresa. Por exemplo, temos aqui uma Companhia Suzano, que o foco dela é mais exportação do que a venda interna. Então se você acompanhar o dólar, está subindo, está exportando. O mercado acionário, as ações da Companhia Suzano estão fora da curva, diferente de outros. O meu diretor de receita já está com um estudo, inclusive, em mãos e a gente tem de cada empresa o quanto estamos evoluindo ou involuindo, em queda de ICMS, ou seja, em queda de arrecadação. Como curiosidade, ontem estava com um dos diretores da Mitotoyo, que tem 40 anos de empresa, na verdade, essa é uma decisão global, onde no Japão eles vão fazer a parte produção, e aqui vai continuar a parte de vendas e assistência técnica. Eles vão desmobilizar a parte de produção agui em Suzano. A Mitotoyo vai continuar, é uma referência, eles estão discutindo isso. Terça-feira que vem vou ter uma reunião com ele para entender o real impacto que é para trazer isso, porque ela não fechou. Na verdade, quando você pega empresas multinacionais, elas produzem na China, têm assistência técnica na Índia e têm as vendas em um país e a sede dela em outro país. Então, nesses casos não é tão regionalizado, são ações que a gente não tem, muitas vezes o município também não tem ação. Você chega lá fora e diz eu vou fazer isso, não, já está decidido. Lá nos Estados Unidos, a gente já decidiu lá no Japão. Nós não somos poder decisório. Na contramão disso, até já estamos buscando estudos para poder fazer um plano de crescimento do município, porque você tem os pequenos negócios. A Mitotoyo faz parte da Cultura de Suzano é diferente, guando você pega Mitotoyo, Komatsu, a Companhia Suzano, o Pedro Miyahira que foi ao Japão e trouxe as empresas para cá. Então elas fazem parte da cultura da história de Suzano. Então é bacana, justamente isso, mas tem decisões que são globais. O mesmo impacto da economia no Brasil, está acontecendo na Europa, que aconteceu no Estados Unidos, aconteceu no Japão está acontecendo no mundo inteiro. O mundo inteiro vai ter uma retração econômica para este ano ou no próximo. Isso é uma realidade. E as empresas terão que se adaptar a essas novas situações. Empresas que trabalham com produto dolarizado, exportação elas têm um viés, as outras que trabalham para o consumo interno é uma outra situação. Para quem trabalha para serviço, há serviços que cresceram absurdamente, outros serviços caíram absurdamente! Então, essa leitura a minha equipe está



Estado de São Paulo

fazendo um estudo para a gente entender, já tem um panorama. Pra você ter ideia, a gente está fazendo estudo bairro a bairro: os bairros que cresceram, os bairros que diminuíram. Temos de fazer um trabalho para quando for o momento da discussão econômica, porque este momento da discussão é Saúde, temos já de vir com esse amparo de informações aí para passar para vocês, inclusive, apresentar esses números para vocês terem conhecimento também." PERGUNTA: "Obrigado, Secretário. Como o senhor mesmo disse, vai haver uma grande perda nacionalmente. Dá dó, porque a gente não queria, sempre torcemos, mas acaba acontecendo. Além de o município deixar de arrecadar mais, li pouco a respeito, mas parece que mandaram mais de 40 pais de família embora. Além do PIB, estamos falando da arrecadação, nós vamos ter mais desempregados na lista." Senhor Presidente: "Vereador, só para abrilhantar mais a sua fala, pelo que entendi, isso não tem a ver com o coronavírus, é só uma reestruturação da empresa em si em âmbito mundial, mas parece que o número de desempregado é em torno de 90, que é da linha de produção e não da linha de vendas." Com a palavra, o Vereador Leandro Alves de Faria -Leandrinho (PL): "Boa tarde, Secretário Itamar, nosso amigo William da contabilidade, todos os funcionários da equipe do setor de Finanças da Secretaria de Finanças! Secretário, aqui no resumo do quadro de evolução, nós vemos que nossa cidade desde 2017, quando assumimos o mandato, até 2019 vem numa evolução muito forte, dá um salto aí em tudo do que é arrecadado, de quase 30%, de acordo com quadro da pág. 10. Como a gente está fazendo essas diretrizes para o ano que vem, o senhor acabou de comentar a situação do Covid, sabemos que a economia do país como um todo vai ter essa defasagem, como podemos imaginar quantos por centos vai cair de arrecadação na cidade? Acho que sobre o IPTU, o senhor pode dar uma resposta mais correta, porque entra direto nos cofres, não depende do governo, não depende de nada, o senhor e sua equipe sabem dizer qual é a média da queda que vai ter? Porque aqui é uma previsão do que vai ter, o impacto vai ser muito grande, porque vemos os outros países onde a pandemia já está passando e o impacto já é grande e aqui não vai ser diferente ou pior do que outros países. O senhor sabe dizer em porcentagem quanto que a cidade vai deixar de avançar na economia?" SECRETÁRIO ITAMAR VIANA: "Leandrinho, obrigado pela pergunta." Também bem pertinente. Como havia comentado, quem está fazendo esse acompanhamento é a equipe de orçamento item a item. Por exemplo, você poderia ter um ICMS que caiu 28%; aí você tem um IPTU que de janeiro a abril caiu 3%, mas em maio já caiu 25%. Então nós não temos um número para classificá-lo, porque estamos neste momento no meio da transição, da turbulência. Hoje nós estamos fazendo uma audiência pública para discutirmos uma LDO. Em setembro já temos a LOA. Então até setembro acredito que nós teremos mais elementos, porque a LOA tem que ser mais



Estado de São Paulo

assertiva, pois é uma lei autorizando um gasto, e esse gasto só vai ser autorizado mediante uma previsão orçamentária, que ela tem que ser mais assertiva possível. Por isso que estou consignando uma fala que a LDO sofrerá alterações no decorrer do período, porque não tem como, não só a nossa, do governo federal, estadual e os outros governos municipais, ela vai ter que se adaptar à nova realidade. Então a gente vai ter esse mapa, estamos fazendo-o mês a mês para a gente discutir isso mais próximo da LOA em setembro. Neste momento tenho dois meses, e em dois meses a diferença é muito grande. Tem receitas que caíram 80%, aí é assim, o imposto de renda de pessoa física, tal coisa que caiu 80%. Para você ter ideia, um dos itens que caíram bastante foram os juros do IPTU, porque como a gente prorrogou as parcelas para dezembro, a pessoa pagou sem juros. Então isso era uma receita que era tributada e caiu bastante. Eu vou te dar resposta com mais detalhe na discussão da LOA. Neste momento realmente é mais a diretriz, em que ela pode ser ajustada lá na frente. Acho que é isso e está dentro da sua pergunta." Com a palavra William Nakamura: "Só um comentário referente a esta questão. Todas as economias estão aguardando o fechamento do segundo trimestre deste ano, porque estão trabalhando com estimativas do fechamento do primeiro trimestre, mas o primeiro trimestre não afetou a economia brasileira. O segundo trimestre é que vai ditar as regras do futuro do Brasil. A gente vai ter de aguardar o segundo trimestre, quando a gente vai elaborar a lei orçamentária." Não havendo mais vereadores inscritos para seus questionamentos não havendo público presente questionamentos nem perguntas escritas, o Senhor Presidente encerra a presente audiência pública. Nada mais havendo a deliberar, às 15h44, o senhor presidente encerra a Quinta Audiência Pública. (Ata confeccionada por degravação do áudio. Nota do setor de Taguigrafia.)

Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 03 de junho de 2020

JOAQUIM ANTONIO DA ROSA NETO
Presidente

VER. EDIRLEI JUNIO REIS Prof. Edirlei (PSD) 1º Secretário VER. JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA Zé Lagoa (MDB) 2º Secretário



Estado de São Paulo